



ALADI/CR/Ata 584
7 de novembro de 1995
(Extraordinária)
Hora: 11h30m às 12h15m

ORDEM DO DIA

O Comitê de Representantes recebe a visita do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia, Doutor Antonio Aranibar Quiroga.

Preside:

GUILLERMO DEL SOLAR ROJAS

Assistem: Jesús Sabra e Gustavo Adolfo Moreno (Argentina), Antonio Céspedes, José Guillermo Loria González e Rosario del Río (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares e Mitzi Gurgel Valente da Costa (Brasil), Henry Javier Arcos (Colômbia), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdés (Chile), Eduardo Cabezas Molina e Humberto Jiménez (Equador), Rogelio Granguilhome, Dora Rodríguez Romero e Arturo Juárez Juárez (México), Efraín Darío Centurión e Carlos Galeano Perrone (Paraguai), Guillermo del Solar Rojas, Efraín Saavedra Barrera (Peru), Adolfo Castells Mendivil, Eduardo Penela Ríos e José Roberto Muínelo (Uruguai), Antonio Rangel (Venezuela), Ana Ramos de Pijuan (Costa Rica), Manuel Aguilera de la Paz (Cuba), Carlos Alberto Prera Flores (Guatemala), Xie Rumao (República Popular da China), Radu Urzica (Romênia), Jorge Laurenz Kaufmann (Suíça), Luis A. Macchiavello (OEA).

Secretário-Geral a.i.: Isaac Maidana Quisbert.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

PRESIDENTE. Inicia-se a 584a. sessão extraordinária do Comitê de Representantes para receber o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia, Doutor Antonio Aranibar Quiroga.

Excelentíssimo Senhor Chanceler da República da Bolívia, Doutor Antonio Aranibar Quiroga, Excelentíssimos Senhores Membros da Comitativa Oficial, Excelentíssimos Senhores Representantes dos países-membros, Excelentíssimos Senhores Representantes de países e organismos observadores, Senhores Secretários Gerais Adjuntos, senhoras e senhores, hoje o Comitê de Representantes se honra com a visita do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Doutor Antonio Aranibar Quiroga, a qual constitui mais uma expressão da vocação integracionista de um país cuja geografia e sentimentos de seu povo o transformaram em um pólo de articulação entre os diferentes movimentos de integração do Continente.

Com efeito, não somente participa da ALADI desde sua fundação, mas também é membro originário do Grupo Andino, da Bacia do Prata e do Tratado de Cooperação Amazônica, uma espécie de coração da América para onde convergem a geografia, a história e a cultura do continente.

Nosso ilustre visitante é fiel representante dessa terra. Com vocação e atividade política desde sua juventude, líder de uma importante corrente de pensamento de seu país, comprometido com seu povo e com a democracia, dando uma visão moderna ao tratamento de problemas ancestrais e promovendo a paz e a cooperação como objetivos das relações internacionais.

Senhor Ministro, a ALADI enfrenta hoje uma conjuntura de mudança, da qual seu país é protagonista e parte. Os tímidos avanços e vaivéns da década de oitenta deram lugar a uma grande expansão integracionista, da qual são expressão as uniões aduaneiras do Grupo Andino e do MERCOSUL, o Tratado de Livre Comércio subscrito entre a Colômbia, México e Venezuela, e os múltiplos e amplos acordos celebrados pelos países de ambas as sub-regiões, Chile e México.

No último ano, juntamente com os esforços para obter uma articulação mais ampla e sólida entre as sub-regiões e os países da ALADI que se mantiveram, ainda, à margem, o cenário do processo de integração se amplia com as iniciativas para a formação da área de livre comércio das Américas e a nova importância política e econômica que o Grupo do Rio está dando aos vínculos entre os países-membros da ALADI e os da América Central e do Caribe.

Nestas circunstâncias foi encarada a preparação da Nona Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, da qual surgirão as diretrizes para a ação da Associação em um novo contexto, operacionalmente complexo, mas rico em expectativas e possibilidades. Esperamos que a ALADI se constitua no instrumento de articulação dos movimentos sub-regionais e bilaterais que integram seus

países-membros e em um ponto de apoio fundamental para a participação destes nas negociações hemisféricas.

A adequação às mudanças já se iniciou nesta Casa com a incorporação de novos temas às atividades da Associação e de novos enfoques sobre os temas tradicionais, com o desenvolvimento de novas possibilidades de obter e analisar elementos de juízo para apoiar as negociações de nossos países e uma avaliação do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo para que possa constituir um instrumento eficaz nas novas condições em que deve ser aplicado.

Também a adequação institucional da ALADI é uma preocupação que levará, nas próximas semanas, os Ministros das Relações Exteriores a adotar decisões que marquem a aceleração de um processo de modernização operacional e de adaptação às necessidades e interesses dos países-membros em um contexto de integração que se desenvolve em diferentes níveis, com diferentes alcances e sobre múltiplas matérias.

Senhor Ministro, sua presença é um estímulo e inspiração para nosso trabalho, que esperamos contribua, em alguma medida, para fortalecer os vínculos econômicos e políticos entre nossos países e para aproximar-nos de uma América Latina integrada.

Com todo respeito, Senhor Ministro, permita-me expressar-lhe minha imensa satisfação de presidir o Comitê de Representantes e de recebê-lo nesta ocasião. Permita-me considerar-me seu amigo: amizade que nasceu tempo atrás quando o Senhor também honrou a então recém formada Câmara Andina de belga-luxemburguesa, em Bruxelas, sendo a primeira pessoa que assistiu a uma reunião convocada por esta Câmara Andina na Bélgica, fazendo uma excelente exposição sobre a situação política, social, econômica e comercial de seu país. Estou certo, nesta ocasião, de que todos os aqui presentes estamos igualmente atentos e dispostos a escutar sua mensagem que sempre será uma mensagem de integração e de unidade hemisférica. Muito obrigado, Senhor Chanceler.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral em exercício para dar as boas-vindas ao Excelentíssimo Senhor Chanceler.

SECRETARIO-GERAL a.i. (Isaac Maidana). Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, Doutor Antonio Aranibar, Senhores Representantes, Senhores Observadores de países e organismos internacionais, Senhor Secretário-Geral Adjunto, senhores da Secretaria-Geral, senhoras e senhores, um repentino problema de saúde de nosso Secretário-Geral, Engenheiro Antonio Antunes, impede sua presença hoje nesta sala, como era seu desejo, mas solicitou-me que transmitisse ao Senhor Ministro sua especial amizade, afeto e agradecimento por honrar-nos com sua visita neste importante acontecimento para nós, como é receber um Chanceler de nossos países.

A Secretaria-Geral tem o prazer de receber-lhe nesta Casa da integração da América Latina em um momento em que o processo de integração regional é visto como um complemento necessário nos esforços que estão fazendo os países em prol de seu desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo, essa visão complementar da integração surge em um âmbito mais amplo das relações econômicas e comerciais internacionais na qual nossos países têm desempenhado especial papel na conclusão da Rodada Uruguaí e na criação da Organização Mundial do Comércio.

Assistimos, Senhor Ministro, a profundas mudanças que estão se produzindo a nível mundial, tanto no plano político como no econômico, social e cultural, cujos efeitos não é possível medir hoje em dia, mas estão incidindo de forma direta no desenvolvimento de todos os países do mundo e, especialmente, nos nossos. Os países da região não podem fugir dos fenômenos da globalização e de transnacionalização da economia internacional sem comprometer suas possibilidades de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Neste amplo âmbito das relações internacionais, nossos países estão participando de diferentes cenários de negociação, que vão do âmbito mais amplo da negociação multilateral até as negociações bilaterais entre pares de países. Ao mesmo tempo, os aspectos gerais que caracterizavam a negociação tradicional foram substituídos por outros novos, que incidem fundamentalmente em uma crescente abertura das economias da região, tanto a nível interno quanto externo.

Neste contexto geral, Senhor Ministro, o processo de integração regional adquiriu especial dinâmica nos últimos anos, nos quais assistimos à criação do MERCOSUL e do Grupo dos Três, ao fortalecimento do Grupo Andino e à subscrição de tratados e acordos de livre comércio entre os países da região que visam uma progressiva liberalização do comércio intra-regional. Por outro lado, assistimos à subscrição do Tratado de Livre Comércio da América do Norte e ao lançamento da Área de Livre Comércio das Américas, em cujo processo negociador estamos atualmente imersos.

Todo este panorama, Senhor Ministro, faz com que sejamos otimistas a respeito das possibilidades e potencialidades da região, no sentido de que esta possa alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico e social, reduzir a pobreza e eliminar aqueles aspectos que estão afetando nossas sociedades em muitos dos países da região e que ameaçam transformar-se em verdadeiros obstáculos.

Quanto a seu país, é muito grato para nós destacar a ativa participação da Bolívia em projetos como a Hidrovia Paraguai-Paraná e os Corredores de Integração Bioceânicos, que permitirão unir de forma eficiente as costas do Oceano Atlântico com o Oceano Pacífico, interconectando número importante de grandes e pequenas cidades que serão favorecidas por estes empreendimentos. Também a Bolívia foi designada sede para o próximo ano da Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo das Américas, na qual

serão analisados os avanços na conformação da área de livre comércio e outros temas de interesse nas relações hemisféricas.

Estes fatos nos mostram o compromisso da Bolívia com a integração da região e sua projeção hemisférica e mundial. Ao mesmo tempo, mostram-nos uma clara decisão política do Governo da Bolívia de participar ativamente na construção de uma nova sociedade apoiada em dois pilares fundamentais que hoje, felizmente, se verificam em todos nossos países: democracia e integração.

Nestes dois aspectos, Senhor Ministro, teve, durante sua trajetória profissional na Bolívia e fora de suas fronteiras uma singular e destacada participação. Suas convicções democráticas e integracionistas marcaram, durante este tempo, sua carreira política e deixaram marca indelével que hoje se verifica na ação do Governos de seu país do qual o senhor faz parte.

Por tudo isto, sua presença nesta casa é duplamente satisfatória e obriga-nos a duplicar os esforços que estamos realizando na Secretaria-Geral para apoiar da melhor forma possível a ação que os países-membros vem realizando no âmbito do processo de integração regional.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Senhor Ministro das Relações Exteriores e culto da República da Bolívia, Doutor Antonio Aranibar Quiroga.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA REPUBLICA DA BOLIVIA (Antonio Aranibar Quiroga). Obrigado, Senhor Presidente.

Permita-me, em primeiro lugar, expressar-lhe meus mais sinceros agradecimentos por suas amáveis e generosas palavras de boas-vindas, bem como pelas pronunciadas com igual afeto pelo Senhor Secretário-Geral Adjunto e cumprimentar o Senhor Presidente, bem como o Senhor Secretário-Geral, cuja ausência particularmente lamento.

Senhores Representantes dos países-membros da ALADI, Senhor Secretário-Geral Adjunto, Senhores Representantes dos países e organismos observadores, senhoras e senhores, entendo que é um bom hábito iniciar este tipo de intervenções com uma breve mas, se possível, completa referência à situação que está atravessando o país, cujo representante tem a honra de apresentar-se perante os senhores.

E isso é o que desejo fazer, apesar de que possa repetir algumas das coisas que em seu momento foram objeto daquela apresentação que tão gentilmente mencionava o Senhor Presidente de nossa reunião.

Quero dizer-lhes que a Bolívia está passando por um processo de profundas mudanças estruturais que apontam para a construção de uma sociedade com uma grande dinâmica de crescimento econômico, mas também com uma orientação muito precisa de equidade e de justiça social. Este projeto se baseia, como bem salientou o Senhor Secretário-Geral Adjunto, em uma perspectiva de democracia e integração e que esse projeto se orienta para uma inserção internacional da Bolívia compatível com os novos tempos e com as exigências atuais.

A Bolívia, como os senhores sabem, recuperou a democracia treze anos atrás; alcançou um ajuste estrutural pioneiro em democracia há dez anos e contou subitamente um processo de hiperinflação que ameaçava pôr em risco a própria integridade nacional e de vinte e três mil por cento a que tinha chegado em menos de um ano, em menos de um ano, fez com que diminuísse para menos de 20 por cento e, hoje em dia, exibe um dos níveis de inflação mais baixos da América Latina.

Reconquistada a democracia e conquistada a estabilidade política e econômica a Bolívia, nestes últimos dez anos, viu, no entanto, com pesar, limitado seu crescimento econômico em uma espécie de estagnação ou de leve aumento de sua capacidade de dinâmica econômica. E o que é mais grave, não resolveu os problemas profundos e estruturais da pobreza crítica que existe em nosso país.

É uma polêmica que, provavelmente, se prolongará durante nossa vida no futuro, se o processo de ajuste estrutural, que foi necessário realizar em 1985, teve custos sociais elevados. E não há dúvida de que existiram esses custos. Mas, quem sabe se o fato de ter deixado esse processo não haveria tido piores repercussões. Creio que, a estas alturas, não cabe a menor dúvida.

Os problemas estruturais da pobreza crítica de meu país não têm a ver, precisamente, com esse processo de ajuste estrutural. Hoje em dia temos estabilidade com pobreza; antes tínhamos pobreza com um tremendo caos e desordem econômica.

O que temos criado são condições que tornam possível encarar a situação de pobreza e resolver. Este é o programa fundamental que o governo do Presidente Sánchez Lozada está encarando com critérios de modernidade mas, ao mesmo tempo, com uma modernidade que respeita nossa identidade.

O projeto nacional boliviano que estamos encarando e executando neste momento tem características que refletem o que ocorre no mundo de hoje: democracia representativa e economia de mercado. Mas, tem também características próprias que incorpora de modo criativo e considero que será, também, fecundo porque aos princípios que não tocamos, e que praticamos escrupulosamente, a democracia representativa, estamos incorporando princípios, ações e instituições do que é uma democracia participativa muito nossa. E aos princípios da economia de mercado, estamos tentando acrescentar ajustamentos da ação do Estado que permitam,

efetivamente, dimensionar um projeto de equidade e de justiça social.

A Bolívia é o país mais indígena da América Latina. A matriz indígena da Bolívia está dada pelos dois terços da população boliviana de povos originários. E quinhentos anos de exclusão tinham marcado as relações, se assim se pode chamar, da sociedade civil e do estado boliviano com os povos originários.

Hoje essas relações começaram a ser drástica, democrática e pacificamente modificadas. Hoje um Vice-Presidente, de origem indígena, o Doutor Víctor Hugo Cárdenas, aimara de nosso povo, chegou, pela primeira vez em quinhentos anos, a um cargo eletivo da América. E é o primeiro indígena, com mentalidade indígena, que governa um país de nosso Continente. E isso não é casual, é obra de uma proposta de integração étnico-cultural que faz parte do processo da integração plena de nosso país para sua inserção plena também no mundo internacional.

A Bolívia deixou de ver seu lado indígena como um lastro do passado e assumiu sua condição de indígena como um orgulho de um passado extraordinário que continua vivendo no presente e que tem projeção no futuro, a condição, naturalmente, de integrar-se às correntes de modernidade.

E os processos de transformação que estamos realizando, definitivamente, nessa direção de identidade com modernidade, de modernidade com identidade própria.

Desenvolvemos um projeto com três pilares básicos: a participação popular, a reforma educativa e a capitalização das empresas públicas.

A participação popular tenta alcançar um processo de descentralização política e administrativa profunda. Territorializamos o país; municipalizamos o país e territorializamos o município. Todo o país está dividido em trescentos e cinco municípios seccionais que têm um alcance territorial. E entregamos aos municípios, assim constituídos, recursos e responsabilidades, aumentando de dez para vinte por cento do orçamento geral da nação o montante dos recursos que outorgamos aos municípios. E distribuimos estes recursos de acordo com um princípio que, na Bolívia de hoje, é revolucionário: o princípio de "o mesmo dinheiro por cada pessoa", que teve um resultado impressionante apenas em um ano. Dos recursos que gastavam os municípios 92 por cento era destinado antes da Lei de Participação Popular para três cidades que constituem o eixo urbano da Bolívia: La Paz, Cochabamba e Santa Cruz e somente oito por cento desses recursos estava destinado às províncias e ao campo. Atualmente essa relação se inverteu de modo dramático: essas três cidades capitais somente recebem 32 por cento e 68 por cento está destinado às províncias e ao campo.

A dinâmica que isto representa, do ponto de vista da recuperação da dignidade por parte das províncias e do campo, e pela geração de uma dinâmica freada da capacidade criativa desses setores que atualmente passam a participar do poder econômico e

da responsabilidade de sua gestão -já que lhe foram dadas responsabilidades em matéria de educação, de saúde, de vitalidade- é impressionante. E, o que é mais importante, este processo de descentralização e de distribuição revolucionária de recursos para o campo e para as províncias foi acompanhado, também, de um processo inédito de reconhecimento da personalidade jurídica das populações indígenas e dos povos originários que se constituem, pela primeira vez em quinhentos anos da história de nosso país, em sujeitos ativos e reconhecidos pelo estado da vida quotidiana de nossa nação.

A reforma educativa, por seu lado, fundamentada em dois princípios básicos, o da interculturalidade e do bilingüismo, aponta a superar uma deficiência básica da sociedade boliviana que foi a débil capacidade de integração de sua sociedade civil, na medida em que dois terços da população estavam secularmente excluídos, já que não eram reconhecidos seus idiomas, suas tradições culturais, nenhuma das manifestações vitais dessas populações que, apesar de todo este tempo de opressão e exclusão colonial e republicana, permaneceram com grande vitalidade e com grande fortaleza.

A reforma educativa aponta, então, para uma integração da sociedade boliviana para a modernidade, através do reconhecimento e da promoção das culturas originárias. E a reforma educativa aponta a superar esse projeto "civilizador", que durante quinhentos anos pretendeu ocidentalizar e castelhanizar pela força sem consegui-lo.

E atualmente esperamos que um processo de integração dessas culturas com o mundo moderno se realize de forma pacífica e organizada mediante uma educação bilingüe que comece ensinando o aimará, o quéchua, o guaraní, as crianças na escola a ler, a escrever, a fazer as primeiras operações de matemática moderna em seu idioma originário e com isso possibilitar-lhes o manejo hábil de seu próprio idioma e passar a um segundo idioma, que o vincule com o mundo através do ensino do castelhano, mas respeitando seu idioma originário, partindo desta realidade fundamental.

Provavelmente, apesar de que se diga que não há sociedade que não seja multilingüe e pluricultural, é difícil que em países como o Uruguai, como a Argentina ou como o Chile, de muito mais homogeneidade cultural, possa compreender-se o alcance extraordinário de uma mudança desta natureza; sua significação, obviamente, não se pode medir em termos de semanas, meses ou anos; deverá medir-se em termos de gerações, mas os que estamos à cabeça deste projeto político para a Bolívia estamos convencidos de que a mudança que isso representa é verdadeiramente transcendental e histórica e por isso não duvidamos, apesar das resistências dos setores imediatamente afetados, em continuar com este processo de transformações.

Por último, um pilar fundamental, chave e decisivo, porque afeta a estrutura econômica, é o processo de capitalização das empresas públicas. É uma proposta inovadora e criadora, diferente

da privatização clássica, mas tem como proposta e resultado a transferência da atividade produtiva de mãos do estado para as mãos da sociedade civil, através de um mecanismo diferente ao da privatização tradicional, porque em lugar de vender uma empresa o que se faz é capitalizar, através de um parceiro estratégico que, com sua contribuição, ingressa um capital produtivo para a empresa da que se trate e permite uma injeção de capital produtivo que nos permitirá, assim esperamos, no decorrer dos próximos anos, aumentar dramaticamente nossa capacidade de desenvolvimento econômico anual e tudo isso dentro de uma operação que tem um conteúdo social de vasto alcance, já que 50 por cento da empresa nova se configura com a contribuição do parceiro estratégico, o restante 50 por cento não fica em mãos do Estado senão que é entregue à sociedade boliviana através de fundos, de uma associação de fundos de pensões, que trabalhará este dinheiro em favor da capitalização individual de todos e cada um dos bolivianos, produzindo-se uma verdadeira revolução no sistema de previdência social, que atualmente abrange onze por cento da população economicamente ativa, que é a população que tem uma relação operário-patrão e que amanhã abrangerá toda a população boliviana, atingindo os camponeses e os informais das cidades, até o momento verdadeiros deserdados de nossa pátria.

Quanto ao processo de capitalização, de que falávamos em Bruxelas como um processo complexo, difícil, que estava em sua etapa de formulação de seus quadros normativos, etc., etc., depois de um ano e alguns meses daquele encontro em Bruxelas, posso dizer-lhes que três das seis empresas a capitalizar-se foram, e com êxito rotundo: a Empresa Nacional de Eletricidade, que foi adjudicada a sócios estratégicos: a três empresas norte-americanas, com um valor de livros de aproximadamente cem milhões de dólares, a contribuição que estas empresas ofereceram é de cento e quarenta milhões de dólares; a Empresa de Telecomunicações, que foi adjudicada a uma empresa italiana, com um valor de livros de cento e dez milhões de dólares, foi adjudicada em seiscentos dez milhões de dólares; e a Empresa Lloyd Aéreo Boliviano, com um valor de livros de aproximadamente vinte e cinco milhões de dólares, que foi adjudicada em quarenta e sete milhões de dólares.

A capitalização mostrou-se como mecanismo eficaz para atrair capital estrangeiro, e a Bolívia, que teve tradicionalmente dificuldades dramáticas para a radicação de capital estrangeiro, hoje em dia, a partir destes três últimos meses em que concretizou o processo de capitalização, tem mais de oitocentos milhões de dólares a serviço de um projeto criativo de desenvolvimento econômico e social em nossa pátria.

Estamos comprometidos com isto e, naturalmente, considerava fundamental apresentar aos senhores uma síntese, logicamente com muitas lacunas em sua apresentação, do que a Bolívia está fazendo neste momento, certamente com o apoio da comunidade internacional porque, embora o esforço fundamental deva ser feito pelos próprios bolivianos, não seria possível sem a cooperação internacional e sem os âmbitos de cooperação, solidariedade e integração que desenvolveremos constantemente.

Feita esta exposição -creio que é necessária e espero que de alguma maneira seja útil- para esboçar o que a Bolívia está fazendo neste momento, desejaria manifestar-lhes que minha visita a este belo e fraternal país me permite também estar presente, com grande satisfação, na tradicional Casa da integração latino-americana e poder compartilhar com os senhores de algumas reflexões a respeito do processo que os latino-americanos estamos afirmando há longos anos.

Por isso, já que não sou um diplomata, deixarei de lado a linguagem protocolar e diplomática a fim de expressar franca e diretamente as preocupações da Bolívia sobre a ALADI e seu futuro papel.

As circunstâncias atuais, como bem sabem todos os senhores, obrigam-nos a ter uma compreensão mais dinâmica sobre a evolução do inter-relacionamento de nossos países que, impulsados pelas necessidades de seu desenvolvimento interno e pelas exigências do contexto internacional, estão estabelecendo vínculos associativos de diversa natureza.

Indubitavelmente, as iniciativas para avançar no caminho da integração são saudáveis; no entanto, cada ação a ser empreendida deve ser medida na escala das realidades e na aproximação dos objetivos propostos.

A integração unicamente terá o valor que lhe damos se assume o papel de eficiente instrumento para o desenvolvimento que acompanhe a evolução econômica e social dos países e se constitui em um meio idôneo para lograr uma participação mais equitativa no contexto internacional.

Perguntemo-nos se estamos plenamente conscientes do que para nossos países significa o tão falado fenômeno da globalização. Não será que para os países latino-americanos a interdependência é nada mais que um novo rótulo para uma situação na qual continue a mesma ou uma maior dependência, revestida de originais embalagens. Se for assim, veremos impassíveis como a América Latina vai ficando cada vez mais marginalizada do desenvolvimento e do bem-estar a que têm legítimo direito todos os países?

Quando nos enfrentamos com estas preocupações compreendemos que nossos desafios são de tal magnitude que somente poderão ser encarados de maneira conjunta e solidária.

Comprovamos com satisfação que assim vamos compreendendo-o, já que estamos atravessando uma etapa na qual nossa integração é uma realidade evidente. Há pouco era uma esperança e, no entanto, hoje estamos avançando na realização dessa esperança.

Até agora os resultados são certamente heterogêneos e diversos; talvez seja preciso ordená-los, compatibilizá-los e encaminhá-los para objetivos de mais longo fôlego.

Indubitavelmente, neste cenário integracionista, são os processos sub-regionais e alguns acordos bilaterais os que nos

mostram uma trajetória de indicadores concretos e estão chamados a constituir-se nas forças propulsoras da integração de nosso subcontinente.

Por outro lado, está evoluindo rapidamente, com uma dinâmica, talvez além do previsto, o projeto da conformação de uma zona de livre comércio hemisférica, fato que representa o surgimento de uma nova corrente de enorme relevância integradora.

Perante o protagonismo dessas forças, o projeto regional de constituir um mercado comum latino-americano, que concitou em seu momento todas as expectativas de integração, veio cedendo seu espaço a tal ponto de ver-se reduzido à sua mínima expressão como se essas forças estivessem aprisionando as possibilidades de seu desenvolvimento.

Devemos admitir, por conseguinte, que a ALADI ficou virtualmente sem agenda e devemos também perceber que para esta situação contribuiu o fato de que nesta Casa não tenham sido geradas propostas com a suficiente firmeza e audácia para manter latente o objetivo que a convoca e mobiliza.

Pareceria que foi mais factível assumir uma atitude moderada, por não dizer passiva, que se resumiu em ponderar e talvez fomentar apenas a utilização do quadro jurídico do Tratado de Montevideu 1980.

Perante tal situação, é necessário que os Governos, a curto prazo, procuremos uma definição clara sobre a validade do projeto regional de integração; se estamos decididos a levá-lo adiante devemos fazer os maiores esforços para estabelecer pautas precisas que levem a uma ação permanente e eficiente.

A Bolívia está convencida de que hoje mais do que nunca é indispensável fazer ressurgir um esquema integrador, que convoque as iniciativas, os interesses, bem como as aspirações de todos os países latino-americanos. Esta será a melhor forma de encarar os riscos e as oportunidades que surgem de um projeto de hemisferização da integração.

Dentro desta perspectiva, é fundamental impor-se a tarefa de capitalizar os avanços obtidos nos diferentes esquemas de integração, articulando-os, compatibilizando-os e fazendo-os convergir. Adquire singular importância, por conseguinte, acelerar o diálogo do Grupo Andino com o MERCOSUL, tema ao qual a Bolívia dá particular importância.

Sem dúvida, o foro natural para estes fins é a ALADI. No entanto, para cumprir esse papel deve mudar e inovar-se tanto em sua organização quanto em seu funcionamento, a fim de dar lugar a uma ação oportuna e adequada às mudanças geradas pelos novos esforços integradores.

A ALADI não pode ser um cartório onde somente sejam registrados acordos sobre projetos executados fora dela. Tampouco pode

ser uma burocracia lenta, que perdeu a dinâmica desejada para os grandes objetivos.

A ALADI deve e pode ser o foro onde outra vez se levante a aspiração de nossos povos para alcançar o desenvolvimento e bem-estar mediante a força conjunta e a ação solidária. Isto somente será possível com a participação de cidadãos latino-americanos de grande percepção política e de mística pela integração, que não somente façam dela um projeto de vida, mas que estejam dispostos a dar uma vida de trabalho, de esforço e dedicação em benefício da integração.

Seja esta pois uma nova oportunidade para reafirmar a vocação integracionista da Bolívia, que acredita no novo estilo de integração que acompanha os acordos bilaterais, sub-regionais e sua convergência para a integração regional e para a perspectiva hemisférica. Esse é o compromisso da Bolívia, que no próximo ano será sede da II Reunião de Cúpula das Américas, esta vez para o desenvolvimento permanente.

Mas, esta nossa fé integracionista de bolivianos exige uma reposta dos organismos políticos e técnicos da ALADI que ante os novos desafios que enfrenta a região deve saber encontrar, com sabedoria, as soluções idôneas às exigências atuais, de modo que nossos povos retomem sua fé na integração.

Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Senhor Chanceler, agradecemos muito sua mensagem, sua clareza e profundidade e pode ter a certeza de que todos os aqui presentes acolheremos suas iniciativas e a posição da Bolívia que nos transmitiu.

Igualmente, apreciamos muito o esforço que vem realizando o Governo de seu país para levar adiante este querido e irmão país que integra este Organismo.

Antes de encerrar a sessão desejaria convidar o Senhor Chanceler e todas as pessoas que nos acompanham nesta sessão para um brinde.

Agradecendo ao Senhor Chanceler e a todos os presentes sua presença, encerra-se a sessão.

Muito obrigado.
